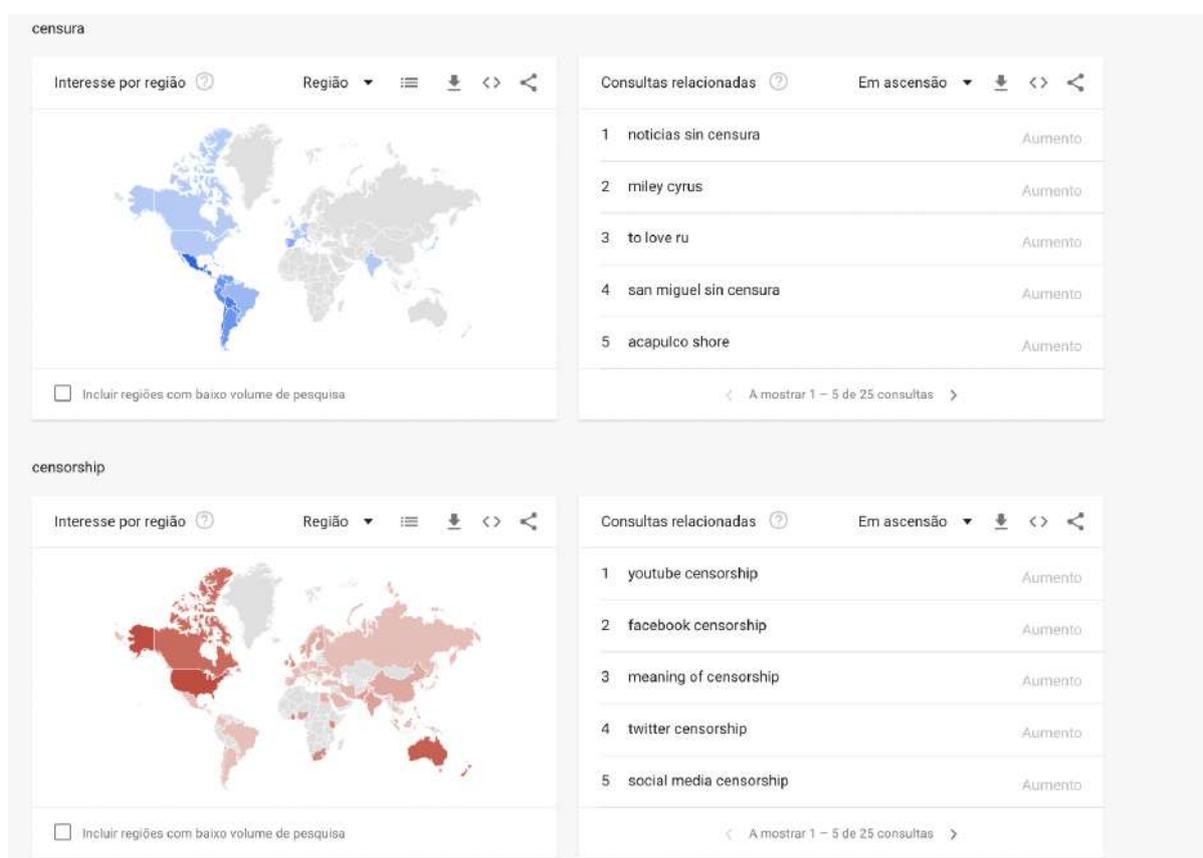


Chamada de Trabalhos

Decifrando censuras. Da regulação à produção de inexistências, do arquivo à internet: uma abordagem interdisciplinar

Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, 7 e 8 de Setembro de 2023



Segundo as tendências de pesquisa no google, as palavras “censura” e “*censorship*” demonstram a importância da sua correlação com redes sociais (Youtube, Twitter, Facebook, etc.) e jovens mulheres famosas (Miley Cyrus, Megan Fox, Emma Watson, Lindsay Lohan no top 20 relativo a 2004-2022). Estes dois grandes temas, a economia e as normas morais, mostram como a censura se mantém como uma questão a enfrentar no presente.

Não são fenómenos novos, quer os aspectos de ordem económica, quer os de ordem moral têm acompanhado o processo de regulação institucional do espaço público e privado, desde que, com a invenção da imprensa, se abandonou a perseguição intermitente dos hereges e se sistematizou o controlo do impresso. Aliás, a perspectiva histórica permite observar a reorganização da metodologia censória que acompanha o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação: o cinema incentivou o sistema de códigos etários (Robertson 2005), o uso do telegrama e, posteriormente, do telefone permitiu agilizar o controlo exercido por instituições e agentes da censura.

Apesar da censura ser uma manifestação por excelência do exercício do poder, tendo sido historicamente exercida pelos sujeitos que mais peso têm na gestão do espaço público, nos processos económicos e nas instituições políticas (Martin 2016), nas últimas décadas o consenso em torno do significado da palavra censura esvaiu-se (Müller 2004; Moore 2013; Darnton 2014). Esse esboroamento é notório a partir do momento em que, no contexto das *Culture Wars*, nas décadas de 80 e 90, os académicos liberais americanos, ancorados em abordagens teóricas devedoras do trabalho de Michel Foucault (1978) ou Pierre Bourdieu (1991), demonstraram a existência de fenómenos censórios em contexto democrático (cf. Burt 1994; Post 1998).

As novas abordagens à censura continuam a admitir que o Estado possa exercer um controlo directo (repressão), mas também começaram a identificar o fenómeno censório com o controlo indirecto que este pode exercer (através de financiamentos, educação, história pública, etc.) e, sobretudo, começaram a exigir do Estado intervenções directas de regulação do poder privado que impõe constrangimentos à expressão (Post 1998). Formas de “censura de mercado” que induzem à autocensura (Jansen 1988) ou políticas como a “*don't ask, don't tell*” que abrangeu os homossexuais no Exército norte-americano, entre 1994-2011, foram englobadas num tipo de apagamento imbuído no tecido estrutural das sociedades (Butler 1998). Este carácter imbuído da censura nas sociedades tomou o nome de censura “constitutiva” ou “estrutural”, por oposição àquela que é exercida por instituições, como o Estado ou a Igreja, isto é, a censura regulatória. Nesse sentido, os fenómenos recentes de “cultura de cancelamento”, de abordagens “woke” à cultura e dos vieses dos algoritmos mostram como o fenómeno é socialmente estruturante.

Torna-se imperativo analisar estes fenómenos para distinguir cientificamente, por um lado, os processos censórios e, por outro lado, os discursos conservadores que - frente à emergência de vozes reivindicando legitimamente novos espaços de comunicação -, instrumentalizam a denúncia de uma dita censura para conservar privilégios e monopólios. Neste sentido, cabe aqui diferenciar boicotes e censuras, que não emergem dos mesmos lugares dentro dos sistemas de poder.

Somos conscientes que a participação numa conferência que pretende fomentar uma abordagem global/internacional ao estudo da censura tem não só implicações inerentes ao estudo do próprio tema, mas constitui também um desafio numa academia que, ao pensar-se global, se encontra materialmente limitada pelas contingências do sistema académico no momento actual, com as suas periferias, pressões sociais e políticas que influenciam a produção e disseminação intelectual.

Propostas de comunicação

Convidam-se todas as interessadas e interessados nesta problemática a participar na conferência dentro dos quatro eixos abaixo elencados. Porém, existe abertura a propostas que abram novos caminhos, não sendo esta, portanto, uma lista exaustiva.

Eixo 1 - Modelos e metodologias de análise

Como abordar as interferências dos diferentes códigos inerentes à censura? Por um lado, a sociedade idealizada pela instituição, aquela hipoteticamente criada pelo seguimento estrito das normas regulatórias e, por outro, a sociedade realmente existente, com as suas referências, interdições, resistências plurais e criatividade em resposta às invisibilidades da censura.

Interessa-nos a exploração de modelos que tomem em conta os seus diversos actores, contextos e implicações da censura nas relações interpessoais (familiares, íntimas, laborais, sociais).

Eixo 2 - Enquadramento do factor circulação internacional

A introdução da variável circulação permite questionar as fronteiras nacionais no estudo da censura. Interessam-nos abordagens que se focam em aspectos transnacionais e comparativos, quer introduzindo a noção de fluxo, quer focando-se na circulação da censura, dos censurados e de formas de resistência.

Eixo 3 - Meta-análise

Sendo a censura um fenómeno que desafia a capacidade interpretativa de diversos agentes, seria arrogante da parte do investigador não questionar a sua própria subjectividade e capacidade de análise. Qual o lugar que o erro interpretativo ocupa nos estudos sobre censura? Como navegar entre as intenções dos agentes, do produtor, a capacidade de mediar do próprio censor e as diversas camadas interpretativas subseqüentes?

Eixo 4 - Implicações da censura

A prática censória é uma porta de entrada para análise do poder, culturas e construções políticas, religiosas e artísticas. Interessa-nos introduzir esta variável na produção da história política, económica, social e cultural.

Oradora convidada: Prof. Nicole Moore, University of New South Wales (UNSW), Canberra



Nicole Moore é professora de *English* e *Media Studies* na UNSW Canberra. Entre Setembro de 2022 e Julho de 2023 é Professora Visitante de Estudos Australianos no *Centre for American and Pacific Studies* (Centro de Estudos Americanos e do Pacífico) da Universidade de Tóquio. Tem como principal interesse de investigação a literatura australiana, a par da investigação interdisciplinar e comparativa nos domínios da história cultural, estudos de género e sexualidade, e da história do livro, com um interesse especial na censura. O seu livro de 2012 *The Censor's Library: Uncovering the Lost History of Australia's Banned Books* ganhou o prémio Walter McCrae Russell da *Association for the Study of Australian Literature*. Foi também coordenadora de livros colectivos editados recentemente sobre temas da censura literária a nível global ou da literatura australiana na República

Democrática Alemã. A sua investigação dedica-se às questões em jogo nas culturas políticas da escrita e da leitura, e nas complexas relações da literatura, governança e história dentro e fora das fronteiras nacionais. A Prof. Moore foi *visiting fellowship* no Menzies Centre, no *Kings College London*; na *English Faculty*, da Universidade de Cambridge; nos Arquivos Nacionais da Austrália, e no Humanities Research Centre, Australian National University. Entre 2018 e 2022 foi Reitora Associada das Coleções Especiais da UNSW Canberra, promovendo a investigação, curadoria e parcerias utilizando os ricos materiais manuscritos e livros raros das colecções de alto nível da UNSW Canberra.

Envio de propostas

As propostas não deverão exceder as 400 palavras, devem incluir um título e ser acompanhadas de uma pequena nota biográfica (com um máximo de 100 palavras). As línguas de trabalho serão

o português, o castelhano, o francês e o inglês. E-mail para submissão: decifrandocensuras@fcsch.unl.pt

Data limite de submissão: 30 de Abril 2023

Comissão organizadora

Adalberto Fernandes (IHC — NOVA FCSH / IN2PAST)
Andru Chiorean (National University of Political Science and Public Administration, Roménia)
Daniel Melo (CHAM — NOVA FCSH)
Mélanie Toulhoat (IHC — NOVA FCSH / IN2PAST)
Rita Luís (IHC — NOVA FCSH / IN2PAST)
Rui Lopes (IHC — NOVA FCSH / IN2PAST)

Referências

Bourdieu, Pierre (1991). *Language and Symbolic power*. Cambridge: Polity Press.
Burt, Richard (ed.) (1994). *The Administration of Aesthetics: Censorship, Political Criticism and the Public Sphere*, Minnesota: University of Minnesota Press.
Butler, Judith (1998). "Ruled out: vocabularies of the censor". In: R. Post (ed.), *Censorship and silencing: practices of cultural regulation*, (247-259) LA: Getty research institute for the history of art.
Darnton, Robert (2014). *Censors at Work. How states shaped Literature*. NY: WW Norton.
Foucault, Michel (1978). *The History of Sexuality: An Introduction*. New York: Pantheon Books.
Jansen, Sue. (1988). *Censorship: The Knot that Binds Power and Knowledge*, New York: Oxford University Press.
Moore, Nicole (2013). "Censorship Is". *Australian Humanities Review*, 54:45–65.
Müller, Beate (ed.) (2004). *Censorship and Cultural regulation in Modern Age*, Amsterdam/NY: Brill/Rodopi.
Martin, Laurent (ed.) (2016). *Les Censures dans le Monde. XIX^e-XXI^e siècle*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
Post, Robert (ed.) (1998). *Censorship and Silencing: Practices of Cultural Regulation*. LA: Getty research institute for the history of Art and the Humanities.
Robertson, Jim (2005). *The Hidden Cinema British film censorship in action, 1913–1975* (e-library). Routledge.

Conferência organizada no âmbito do projecto CEMA — Censura(s): um modelo analítico de processos censórios (EXPL/COM-OUT/0831/2021) financiado por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.. O IHC é financiado por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projectos UIDB/04209/2020, UIDP/04209/2020 e LA/P/0132/2020. Rita Luís, Mélanie Toulhoat e Rui Lopes são financiados por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projectos CEECIND/02813/2017, 2021.03948.CEECIND e 2021.04264.CEECIND, respectivamente.

